



## CATENO GESTÃO DE CONTAS DE PAGAMENTO S.A. - CNPJ/MF 20.247.380/0001-70

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS 2023

**Prezados Senhores:** A Cateno foi criada em fevereiro de 2015, através da associação entre o BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., para a exploração das atividades de gestão de contas de pagamento pós-pagas e da funcionalidade de compra via cartões de débito e crédito do Arranjo Ourocard. A Companhia tem como propósito: ampliar a rentabilidade e as oportunidades de negócios, através de tecnologias seguras em meios de pagamento, bem como explorar outras oportunidades de meios de pagamento com ampliação da oferta de produtos e serviços, com intuito de criar um mundo mais simples, onde seja fácil consumir e fazer negócios. O Resultado foi impulsionado pelo contexto do mercado de cartões e cenário macroeconômico, bem como pelos benefícios gerados a partir de uma agenda de transformação dos processos com foco em eficiência operacional, o que acarretou benefícios em quase toda a operação. Estes fatores levaram a companhia a um patamar histórico de lucro líquido, ultrapassando a marca de

R\$ 1,2 bilhão de reais. **Mudanças de regras nos cartões de débito.** A Resolução nº 246 do Banco Central do Brasil emitida em 26/09/2022 entrou em vigor em 01/04/2023 e determinou a redução da tarifa de intercâmbio, que passou a ter limite máximo de 0,5% para transações com cartões de débito e de 0,7% para cartões pré-pago. Esta redução impactou todo mercado de meios de pagamentos, gerando uma redução na receita bruta dos cartões de débito em aproximadamente 5% ou R\$ 38,5 milhões. **Eficiência Operacional:** Mesmo com o impacto da redução na tarifa de intercâmbio no débito, obtivemos crescimento no lucro líquido da Companhia com importantes reduções de custos como: - Liquidação de fatura com redução de 51,0%; - Embossing e postagem com redução de 22,6%; - Fraude com redução de 31,3%; e - Atendimento técnico nas agências com redução de 17,5%. A seguir, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2023, acompanhados do Parecer do Conselho

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Fiscal, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório da Auditoria Independente. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25/03/2024. A seguir destacamos os pontos mais relevantes no exercício de 2023: **Desempenho operacional:** Os ativos totais da Companhia atingiram o montante de R\$ 9,7 bilhões, representando uma redução de 5,3% em relação a posição patrimonial de 2022. **O volume financeiro** das transações atingiu o montante de R\$ 415,0 bilhões, representando um aumento de 4,8% ou R\$ 19,0 bilhões, quando comparado ao exercício anterior. **As receitas líquidas** aumentaram em 6,30% ou R\$ 248,1 milhões, impulsionadas pelo aumento substancial do volume capturado. **O lucro líquido** da Companhia totalizou R\$ 1.271,1 milhões, aumento de 25,8% ou R\$ 260,4 milhões em relação ao ano anterior, considerando apenas o 4º trimestre, o aumento foi de 11,7% em comparação com o mesmo período de 2022. O resultado foi o

maior da série histórica, impulsionado pela expansão do volume transacionado e eficiência operacional. **O EBITDA** totalizou o montante de R\$ 2.212,0 bilhões, aumento de 22,1% ou R\$ 400,6 milhões em relação ao exercício anterior. Corresponde ao lucro líquido, acrescido do IR e CS, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. **Distribuição de dividendos:** A proposta de distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma obrigação legal prevista nos termos do artigo 27, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, são registradas nas rubricas "Dividendos a pagar e Reservas de lucros", até sua deliberação com base no estatuto social da Companhia.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2023 E 2022 (Em milhares de reais)

| Ativo                                  | Nota | 2023             | 2022              | Passivo e patrimônio líquido                 | Nota | 2023              | 2022              |
|--|------|------------------|-------------------|--|------|-------------------|-------------------|
| <b>Circulante</b>                      |      | <b>1.211.357</b> | <b>1.210.086</b>  | <b>Circulante</b>                            |      | <b>663.959</b>    | <b>542.698</b>    |
| Caixa e equivalentes de caixa          | 5    | 274.568          | 374.151           | Fornecedores                                 |      | 13.520            | 11.738            |
| Instrumentos financeiros               | 6    | 13.916           | 7.317             | Contas a pagar - partes relacionadas         | 7    | 522.604           | 422.596           |
| Contas a receber - partes relacionadas | 7    | 921.146          | 826.350           | Tributos e impostos a recolher               | 13   | 102.267           | 76.004            |
| Outros valores a receber               | 8    | 1.727            | 2.268             | Obrigações sociais e trabalhistas            |      | 1.098             | 1.018             |
| <b>Não circulante</b>                  |      | <b>8.490.006</b> | <b>9.034.321</b>  | <b>Provisões</b>                             |      |                   |                   |
| Instrumentos financeiros               | 6    | 172.952          | 279.401           | Obrigações sociais e trabalhistas            |      | 15.532            | 11.631            |
| IR e CS diferidos                      | 12   | 148.900          | 198.939           | Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas | 14   | 345               | 11.155            |
| Arrendamentos de uso                   | 9    | 1.698            | 2.648             | Arrendamentos de uso                         | 16   | 621               | 553               |
| Direito de Uso - Arrendamentos         | 10   | 1.304            | 1.957             | Obrigações a repassar                        | 15   | 7.972             | 8.003             |
| Intangível                             | 11   | 8.165.152        | 8.551.376         | <b>Não circulante</b>                        |      | <b>725</b>        | <b>148.583</b>    |
| <b>Total do ativo</b>                  |      | <b>9.701.363</b> | <b>10.244.407</b> | Arrendamentos de uso                         | 16   | 725               | 1.472             |
|  |      |                  |                   | Provisão de impostos a recolher              | 17   | -                 | 147.111           |
|  |      |                  |                   | <b>Patrimônio líquido</b>                    |      | <b>18.936.679</b> | <b>9.553.126</b>  |
|  |      |                  |                   | Capital social                               | 18.1 | 414.000           | 414.000           |
|  |      |                  |                   | Reservas de capital                          | 18.2 | 8.550.422         | 8.936.156         |
|  |      |                  |                   | Reserva legal                                | 18.3 | 22.187            | 22.187            |
|  |      |                  |                   | Reserva estatutária                          | 18.4 | 50.070            | 102.271           |
|  |      |                  |                   | Reserva de lucros                            | 18.5 | -                 | 78.512            |
|  |      |                  |                   | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |      | <b>9.701.363</b>  | <b>10.244.407</b> |

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

|   | Nota | 2023               | 2022               |
|---|------|--------------------|--------------------|
| <b>Receita operacional líquida</b>                  |      | <b>4.182.399</b>   | <b>3.934.281</b>   |
| <b>Custo dos serviços prestados</b>                 |      | <b>(2.014.632)</b> | <b>(2.367.356)</b> |
| <b>Lucro bruto</b>                                  |      | <b>1.767.767</b>   | <b>1.566.925</b>   |
| Outras receitas (despesas) gerais e administrativas | 21   | 56.112             | (144.153)          |
| <b>Lucro operacional</b>                            |      | <b>1.823.879</b>   | <b>1.422.772</b>   |
| <b>Resultado financeiro</b>                         |      | <b>104.380</b>     | <b>111.502</b>     |
| Receitas financeiras                                | 22   | 105.867            | 121.627            |
| Despesas financeiras                                | 22   | (1.487)            | (10.125)           |
| <b>Lucro antes do IR e da CS</b>                    |      | <b>1.928.259</b>   | <b>1.534.274</b>   |
| <b>IR e CS</b>                                      |      | <b>(657.158)</b>   | <b>(523.568)</b>   |
| Correntes   | 12   | (607.119)          | (533.170)          |
| Diferidos   | 12   | (50.039)           | 9.602              |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                   |      | <b>1.271.101</b>   | <b>1.010.706</b>   |
| Lucro líquido por ação                              |      | 0,13               | 0,10               |

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

## ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM

(Em milhares de reais)

|                                      | 2023             | 2022             |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Lucro líquido do exercício           | 1.271.101        | 1.010.706        |
| <b>Outros resultados abrangentes</b> |                  |                  |
| <b>Resultado abrangente total</b>    | <b>1.271.101</b> | <b>1.010.706</b> |

## NOTAS EXPLICATIVAS

## ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno" ou "Companhia"), com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 27/02/2015, com a contribuição da expertise em meios de pagamentos detida pelos seus sócios Banco do Brasil S.A. ("BB") e Cielo S.A. ("Cielo"). Foram firmados os documentos que concluíram a formação da associação entre Cielo e a BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno - Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno"), cujo objetivo inicial foi gerir as transações oriundas do Arranjo de Pagamento Ourocard ("Arranjo Ourocard") nas operações de cartões de crédito e débito, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos, conforme autorização prévia concedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 4.062/12 e da Lei nº 12.865/13. Após publicação da Circular nº 3.885 em 26/03/2018, a Cateno tornou-se elegível a ser uma Instituição de Pagamento Emissora, podendo participar de arranjos de pagamentos. A Cateno tem o seu capital social detido na proporção de 70% pela Cielo e de 30% pela BB Elo Cartões, sendo que, para a formação da associação, a BB Elo Cartões aportou ativos intangíveis relacionados ao Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto a Cielo aportou R\$ 8,1 bilhões na operação. O montante aportado pela Cielo é composto por: (i) R\$ 3,5 bilhões oriundos das primeira, segunda e terceira emissões de debêntures simples, em série (i.e. na espécie quocarária, não conversíveis em ações, de distribuição privada, e (ii) R\$ 4,6 bilhões referentes ao pagamento, pela BB Elo Cartões, dos tributos incidentes sobre a operação. O Arranjo Ourocard consiste no conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público relacionados às transações de compras dos cartões de crédito e débito emitidos pelo BB com as bandeiras Visa, Mastercard, American Express e Elo, excluindo-se cartões relacionados aos negócios pré-pagos, soluções de meios de pagamento fornecidas a entes governamentais e cartões private label emitidos no âmbito de parcerias atuais firmadas pelo BB com varejistas. Dentre as atividades desenvolvidas pela Cateno, destacam-se a operação e gestão de contas de pagamento envolvendo cartões de crédito, débito e múltiplos, de bandeiras privadas e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito); execução dos processos de produção das faturas e outros documentos vinculados às contas de pagamento e/ou referentes à comunicação, postagem e envio físico e/ou eletrônico aos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico para atendimento às demandas dos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico aos canais de atendimento dos emissores dos instrumentos de pagamento; execução do processo de risco operacional das transações de pagamento, incluindo, mas não se limitando ao acompanhamento e monitoramento de transações com indicio ou alegação de fraude e execução e cooperação com o instituidor do arranjo de pagamento do processamento, manutenção e desenvolvimento de TI envolvendo os sistemas relacionados à gestão de pagamento. **2. Resumo das políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 25/03/2024. **b. Interpretações e mudanças nas principais políticas contábeis:** As novas alterações de IFRSs emitidas pelo IASB e os respectivos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), que entram em vigor no exercício de 2023, não afetaram as demonstrações financeiras da Companhia.

**Norma ou interpretação** **períodos anuais iniciados em ou após**

|                   |  |            |
|-------------------|--|------------|
| CPC 50            | Contratos de seguros                         | 1º/01/2023 |
| Alterações CPC 26 | Apresentação das Demonstrações Financeiras   | 1º/01/2024 |
| Alterações CPC 06 | Arrendamentos Mercantil                      | 1º/01/2024 |
| Alterações CPC 23 | Definição de estimativas contábeis           | 1º/01/2024 |
| Alterações CPC 40 | DFC e Instrumentos financeiros: Evidenciação | 1º/01/2024 |

A Administração avaliou essas alterações, e concluiu que não haverá impacto relevante na adoção dessas regras a partir de 1º/01/2024. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo. Não há transações significativas em moeda estrangeira. **2.3 Caixa e equivalentes de Caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem contos bancárias em moeda nacional, em moeda estrangeira, e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5. **2.4 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **Classificação:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos. Com exceção das contas a receber, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber são reconhecidas pelo preço da transação, conforme divulgado na Nota 7.2. Para que um

ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos no plano de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes, são mantidos no modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e venda. **a. Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos até o vencimento, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata di, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber". **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. **b. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo se houver e reconhecidas na demonstração do resultado. A Cateno mantém os investimentos que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, porém o valor de mercado não oscila para que haja reconhecimento no resultado. **c. Redução ao valor recuperável dos ativos - impairment:** A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais, que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou ativo financeiro a custo amortizado tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Partes relacionadas: Classificação e Mensuração:** **a. Ativo:** As transações com partes relacionadas referem-se aos valores correspondentes à taxa de intercâmbio sobre a captura das transações com cartões de débito e crédito do arranjo de pagamentos Ourocard, mensurados ao valor da prestação de serviços contratualmente acordada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **b. Passivo:** As contas a pagar com partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **2.6 Tributos a recuperar:** Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de IR retido na fonte sobre aplicações financeiras, antecipação do IR e da CS por estimativa. A partir do segundo semestre de 2023, a Companhia passou a utilizar 100% do IR retido sobre as aplicações financeiras no pagamento mensal do IRPJ. **2.7 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A depreciação do ativo é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.7.1 Arrendamento mercantil:** Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Não reconhecemos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para ativos de baixo valor, incluindo equipamentos de tecnologia. **2.8 Ativos intangíveis:** O ativo intangível é um bem incorpóreo resultante da avaliação econômico-financeira sobre o negócio do arranjo dos meios de pagamento do cartão Ourocard, conforme descrito na nota explicativa do contexto operacional. Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.10 IR e CS - correntes e diferidos:** A provisão para IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido. O IR e a CS diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda e CS correntes e diferidos. O IR e a CS diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, baseando-se nas leis que foram decretadas ou

| Capital social | Reservas de capital | Reserva legal | Reserva estatutária | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total       |
|----------------|---------------------|---------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------|
| 414.000        | 9.707.622           | 22.187        | 77.237              | 96.502            | -                 | 10.317.548  |
| -              | -                   | -             | -                   | -                 | 1.010.706         | 1.010.706   |
| -              | -                   | -             | -                   | (96.502)          | -                 | (96.502)    |
| -              | -                   | -             | -                   | -                 | (907.160)         | (907.160)   |
| -              | -                   | -             | 25.034              | 78.512            | -                 | (103.546)   |
| -              | (771.466)           | -             | -                   | -                 | -                 | (771.466)   |
| 414.000        | 8.936.156           | 22.187        | 102.271             | 78.512            | -                 | 9.553.126   |
| -              | -                   | -             | -                   | -                 | 1.271.100         | 1.271.100   |
| -              | -                   | -             | -                   | (78.512)          | -                 | (78.512)    |
| -              | -                   | -             | -                   | -                 | (1.152.228)       | (1.152.228) |
| -              | -                   | -             | (77.237)            | -                 | -                 | (77.237)    |
| -              | -                   | -             | -                   | -                 | (93.836)          | (93.836)    |
| -              | -                   | -             | 25.036              | -                 | -                 | (25.036)    |
| -              | (385.734)           | -             | -                   | -                 | -                 | (385.734)   |
| 414.000        | 8.550.422           | 22.187        | 50.070              | -                 | -                 | 9.036.679   |

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022 (Em milhares de reais)

| Fluxos de caixa das atividades operacionais     | Nota       | 2023             | 2022             | Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas | 14 | (103) | (65)    |
|---|------------|------------------|------------------|--|----|-------|---------|
| Lucro líquido                                   |            | 1.271.101        | 1.010.706        | Obrigações a repassar                        |    | (31)  | (7.390) |
| <b>Ajustes por:</b> Amortizações e depreciações | 9, 10 e 11 | 388.166          | 388.567          |  |    |       |         |
| <b>Provisão para IR e CS:</b> Corrente          | 12         | 607.119          | 533.170          |  |    |       |         |
| Diferido  | 12         | 50.039           | (9.602)          |  |    |       |         |
| Baixa de Ativo Imobilizado                      | 9          | -                | 150              |  |    |       |         |
| Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas    | 14         | (10.707)         | 1.335            |  |    |       |         |
| Reversão de provisões                           | 17         | (147.111)        | -                |  |    |       |         |
| Juros arrendamento                              | 16         | 113              | 149              |  |    |       |         |
|   |            | <b>2.158.720</b> | <b>1.924.476</b> |  |    |       |         |

**(Acrescimo) Decréscimo de ativos**  
 Instrumentos financeiros 99.850 4.118  
 Contas a receber - partes relacionadas (94.797) (88.225)  
 Outros valores a receber 542 834

**Acrescimo (Décrécimo) de passivos**  
 Fornecedores 1.782 3.392  
 Impostos a recolher (55.335) (46.107)  
 Contas a pagar - partes relacionadas 6.172 25.300  
 Obrigações trabalhistas 3.981 3.322

substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **2.11 Benefícios a funcionários: Previdência Complementar:** Refere-se aos valores que a Companhia é coparticipadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. Participação nos lucros e bônus: A Companhia concede participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social nos órgãos de governança, respeitando o acordo com o sindicato da classe e os contratos de prestação de serviços dos administradores. **2.12 Provisão para riscos:** As provisões que envolvem processos tributários, cíveis e trabalhistas que estão constituídas e apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, são aqueles em discussão judicial, e atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Nota 14). **2.13 Reconhecimento da Receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, pela intermediação do Arranjo dos meios de pagamento Ourocard. A receita é apropriada ao resultado na data da captura/processamento das transações com cartões de crédito e de débito, líquida dos impostos, cancelamentos, abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, desde que os benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia, e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme regras estabelecidas pelas bandeiras. De acordo com o cumprimento da obrigação de performance, o reconhecimento da receita é realizado diariamente, substancialmente por meio das transações de compras feitas pelos portadores dentro do Arranjo, gerando intercâmbio sobre a volumetria de autorizações junto as bandeiras e o emissor. **2.14 Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.15 Distribuição de lucros:** A proposta de distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma obrigação prevista nos termos do artigo 27, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis pela Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), foram registradas nas rubricas "Dividendos a pagar e Reservas de lucros", até sua deliberação com base no estatuto social da Companhia (Nota 18.5). **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas existentes se referem ao intangível e redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), arrendamento, IR e CS diferidos (créditos tributários) e contingências cíveis, trabalhistas e fiscais. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente. **4. Gestão de riscos: 4.1 Fatores de risco:** A área gestão de risco é responsável, na Companhia, pela identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos de liquidez, mercado, crédito/contraparte e operacional segundo as políticas aprovadas pela administração. **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como exposições

continuação...

|                                 | 2023         | 2022         |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Adiantamento a fornecedores (a) | 493          | 472          |
| Despesas antecipadas (b)        | 1.234        | 1.796        |
| <b>Total</b>                    | <b>1.727</b> | <b>2.268</b> |

(a) Corresponde ao contrato firmado com empresa parceira, são valores para prestação de serviços ligados a soluções de *softwares*, para captura e liquidação das transações envolvendo o produto pré-pago nas transações de pagamentos contas e recarga de celular. (b) Refere-se as despesas com renovação contratual das licenças Microsoft e infraestrutura Cateno com vigência no período de 12 meses.

**9. Imobilizado:**

|                                 | Instalações  | Proc. de dados | Equip. Telecom | Móveis e Utensílios | Máquinas e Equip. | Total        |
|---------------------------------|--------------|----------------|----------------|---------------------|-------------------|--------------|
| <b>Saldos em 31/12/2021</b>     | <b>1.821</b> | <b>1.594</b>   | <b>87</b>      | <b>328</b>          | <b>234</b>        | <b>4.064</b> |
| Aquisições                      | 41           | 165            | 26             | -                   | 40                | 272          |
| Baixas                          | -            | (135)          | (15)           | -                   | -                 | (150)        |
| Transferência                   | -            | -              | -              | -                   | -                 | -            |
| Depreciação                     | (932)        | (465)          | (47)           | (58)                | (37)              | (1.538)      |
| <b>Saldos em 31/12/2022</b>     | <b>930</b>   | <b>1.159</b>   | <b>51</b>      | <b>270</b>          | <b>237</b>        | <b>2.648</b> |
| Aquisições                      | 51           | 139            | 4              | 114                 | 32                | 340          |
| Baixas                          | -            | -              | -              | -                   | -                 | -            |
| Transferência                   | -            | -              | -              | -                   | -                 | -            |
| Depreciação                     | (671)        | (492)          | (23)           | (63)                | (40)              | (1.289)      |
| <b>Saldos em 31/12/2023</b>     | <b>310</b>   | <b>806</b>     | <b>32</b>      | <b>321</b>          | <b>229</b>        | <b>1.698</b> |
| Taxas anuais de depreciação - % | 25           | 20             | 10             | 10                  | 10                |              |

**10. Direito de uso - arrendamentos:**

|                               | Bens de Uso Arrendamentos |              |
|-------------------------------|---------------------------|--------------|
| <b>Saldo em 31/12/2021</b>    |                           | <b>2.664</b> |
| Aquisições                    | -                         | -            |
| Transferências                | -                         | -            |
| Depreciação                   | (707)                     | -            |
| <b>Saldo em 31/12/2022</b>    |                           | <b>1.957</b> |
| Aquisições                    | -                         | -            |
| Baixas                        | -                         | -            |
| Depreciação                   | (653)                     | -            |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>    |                           | <b>1.304</b> |
| Taxa anual de depreciação - % |                           | 20           |

**11. Intangível:** O principal ativo intangível refere-se aos direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamentos Ourcard, e foi objeto de avaliação econômico-financeira por consultoria especializada através de laudo, calculado um intervalo referente ao valor econômico dos "direitos outorgados", elaborado com base na projeção de resultados futuros das atividades, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", o qual foi avaliado em R\$ 11.572 milhões, pelo prazo de vida útil de 30 anos, com amortização de forma linear. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente. (Nota 2.8).

A composição dos intangíveis está apresentada a seguir:

|                             | Arranjo Ourcard  | Software   | Marcas e patentes | Desenvolvimento Softwares | Total            |
|-----------------------------|------------------|------------|-------------------|---------------------------|------------------|
| <b>Saldos em 31/12/2021</b> | <b>8.936.157</b> | <b>852</b> | <b>73</b>         | <b>314</b>                | <b>9.837.396</b> |
| Adições                     | -                | 302        | 302               | -                         | 604              |
| Baixas                      | -                | -          | -                 | -                         | -                |
| Transferências              | -                | -          | -                 | -                         | -                |
| Amortizações                | (385.733)        | (433)      | -                 | (156)                     | (675)            |
| <b>Saldos em 31/12/2022</b> | <b>8.550.424</b> | <b>721</b> | <b>73</b>         | <b>158</b>                | <b>8.551.376</b> |
| Adições                     | -                | -          | -                 | -                         | -                |
| Baixas                      | -                | -          | -                 | -                         | -                |
| Transferências              | -                | -          | -                 | -                         | -                |
| Amortizações                | (385.732)        | (336)      | -                 | (156)                     | (678)            |
| <b>Saldos em 31/12/2023</b> | <b>8.164.692</b> | <b>385</b> | <b>73</b>         | <b>2</b>                  | <b>8.165.152</b> |

**12. IR e CS:** A Cateno adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de IR e de CS sobre diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indutíveis. Em 31/12/2023 e 2022 os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

|   | 2023             | 2022             |
|---|------------------|------------------|
| <b>Diferenças temporárias apuradas</b>          | <b>437.650</b>   | <b>438.743</b>   |
| Provisões custos bandeiras                      | 312.367          | 312.367          |
| Provisões custos atendimentos                   | 34.538           | 34.538           |
| Provisões custos Embossing e postagens          | 45.520           | 45.520           |
| Provisões com contingências                     | 2.973            | 2.973            |
| Outras provisões                                | 42.254           | 43.347           |
| <b>Saldo do ativo diferido</b>                  | <b>109.413</b>   | <b>39.487</b>    |
| <b>Variação diferenças temporárias apuradas</b> | <b>(147.439)</b> | <b>(146.443)</b> |
| Provisões ressarcimento de custos               | 5.067            | 5.067            |
| Impostos e contribuições a rec.                 | (151.510)        | (151.510)        |
| Outros  | (996)            | -                |
| <b>Total de impacto no resultado</b>            | <b>(36.860)</b>  | <b>(13.179)</b>  |

As estimativas dos créditos tributários foram fundamentadas com base nas provisões de lucros tributáveis futuros, assim a expectativa de realização do IR e CS diferidos serão realizados no curto prazo, no máximo no primeiro quadrimestre do exercício seguinte de 2024. O IR e a CS foram calculados pela taxa nominal de 34%, conforme demonstrado abaixo:

|   |  |
|---|--|
| <b>Mauricio Rigotto Moreira</b> - Diretor de Finanças e Administração | <b>Fernando Pacheco Machado Dias</b> - Diretor de Projetos, Processos, Riscos e Compliance |
|---|--|

Os membros do Conselho Fiscal da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as Demonstrações Financeiras elaboradas pela Companhia, bem como o Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 ("Exercício 2023"), e à vista do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, e manifestação emitida pela Diretoria-Executiva e pela área de contabilidade da Companhia, também sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, estando em condição de serem apreciados e deliberados pela Assembleia Geral da Companhia.

|   |   |
|---|---|
| <b>Caroline da Costa Carvalho Moreira</b> - Presidente do Conselho Fiscal | <b>Patrícia Sales Cardoso</b> - Membro do Conselho Fiscal |
|---|---|

**RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023.**

**Sobre o Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades.** O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno" ou "Companhia") foi instalado pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, tendo como missão assessorar o Conselho de Administração, com foco na qualidade e eficiência das atividades desempenhadas pela Companhia, pela sua equipe de Auditoria Interna ("Auditoria Interna") e pelos auditores externos contratados ("Auditoria Independente" ou "Auditores Independentes") relacionadas às políticas contábeis, emissão de relatórios financeiros, controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia, bem como emitir recomendação ao Conselho de Administração para que o mesmo possa promover eventual responsabilização da Diretoria-Executiva ("Diretoria"), para assegurar que essas atividades sejam conduzidas de forma a proteger e valorizar a Companhia, zelando pelos seus objetivos sociais e valores em coerência com os seguintes princípios básicos de governança corporativa: transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade corporativa. Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovado em 30 de janeiro de 2020 ("Regimento Interno"), o Comitê é composto por 04 (quatro) membros, dos quais 2 (dois) são indicados pela acionista Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Cielo") e 2 (dois) são indicados pela acionista BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, coincidindo com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição. A Auditoria Independente da Companhia, realizada atualmente pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), é responsável pelo exame das demonstrações financeiras contábeis da Companhia com vistas a emitir relatório contendo opinião sobre sua aderência às normas aplicáveis, pelo planejamento e execução das auditorias conforme norma reconhecidas. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração (composta pela Diretoria da Companhia e pelo Conselho de Administração), Auditoria Independente, Auditoria Interna, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como em suas próprias análises decorrentes de observação direta. Nos termos do Regimento Interno, o Comitê reúne-se, ordinariamente, a cada 3 (três) meses. Durante o exercício social de 2023, o Comitê realizou 03 (três) sessões ordinárias e 08 (oito) sessões extraordinárias, reunindo-se com a Área de Riscos e Compliance, Controles Internos, Auditoria Interna, Auditoria Independente, além de Diretores e executivos de outras áreas da Companhia. Importante destacar que os membros do Comitê, em todas as reuniões, se reuniram com a líder da Auditoria Interna da Companhia e em 02 (duas) reuniões com a Auditoria Independente. Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2023, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas: (a) a análise do relatório da Auditoria Independente da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022; (b) a análise do relatório da administração e demonstrações financeiras contábeis referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022; (c) a análise do relatório anual de atividades do Comitê de Auditoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e do respectivo relatório anual reunido, a ser apresentado com as demonstrações financeiras contábeis; (d) a recomendação de aprovação pelo Conselho de Administração do Plano de Trabalho Anual da Auditoria Interna da Companhia para o exercício de 2023 ("Plano de Trabalho Auditoria Interna 2023"), bem como acompanhamento da execução e status do referido Plano de Trabalho Auditoria Interna 2023; (e) a análise dos resultados econômico-financeiros da companhia referentes aos trimestres de 2023; (f) a análise dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente nos trimestres de 2023; e (g) a análise da recomendação realizada pela Auditoria Independente no âmbito do Relatório sobre o Sistema de Controles Internos e Dispositivos Legais Regulamentares referente ao exercício social de 2022 ("Relatório CCI 2022"). **Demonstrações Financeiras Contábeis Anuais referentes ao Exercício Social de 2023.** Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações financeiras contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras Contábeis Anuais de 2023"). Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pela Comitê durante o exercício social de 2023, os membros do Comitê opinam favoravelmente, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras Contábeis Anuais de 2023 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da Companhia e recomendam, por unanimidade, a aprovação das Demonstrações Financeiras Contábeis Anuais de 2023 pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação, nos termos da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações").

|   |  |
|---|--|
| <b>Marcelo de Giuseppe Toniolo</b> - Coordenador do Comitê de Auditoria | <b>Armstrong Luiz de Moura</b> - Membro do Comitê de Auditoria |
|---|--|

Aos Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da **Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.** São Paulo - SP.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

|   | 2023           | 2022           |
|---|----------------|----------------|
| Lucro antes do IR e da CS                               | 1.928.259      | 1.534.274      |
| IR e CS pela taxa nominal                               | 34%            | 34%            |
| Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente | 655.608        | 521.653        |
| Adicional do IR   | (24)           | (24)           |
| Outras adições  | 152.707        | 201.860        |
| (-) Exclusões   | (201.172)      | (190.319)      |
| <b>Despesa de IRPJ e CSLL antes das deduções</b>        | <b>607.119</b> | <b>533.170</b> |
| (Dedução) Incentivos Fiscais                            | (16.281)       | (3.950)        |
| <b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>                           | <b>590.838</b> | <b>529.220</b> |
| Alíquota efetiva  | 34%            | 34%            |
| <b>13. Tributos e impostos a recolher:</b>              | <b>2023</b>    | <b>2022</b>    |
| ISS a recolher  | 9.175          | 8.612          |
| Cofins a recolher                                       | 21.841         | 18.962         |
| Pis a recolher  | 4.722          | 4.099          |
| IR e CS, líquidos de antecipações                       | 65.345         | 43.326         |
| Outros impostos a pagar                                 | 1.184          | 1.005          |
| <b>Total</b>  | <b>102.267</b> | <b>76.004</b>  |

**14. Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Companhia possui ações para as quais constitui provisão em montante considerado suficiente para contingências fiscais, tributárias e cíveis decorrentes do curso normal de suas operações, a Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso como segue:

|                             | (a) Fiscais   | Cíveis     | Trabalhistas | Totais        |
|-----------------------------|---------------|------------|--------------|---------------|
| <b>Saldos em 31/12/2021</b> | <b>9.673</b>  | <b>182</b> | <b>30</b>    | <b>9.885</b>  |
| Adições                     | 1.160         | 273        | -            | 1.433         |
| Pagamentos                  | -             | (35)       | (30)         | (65)          |
| Reversões                   | -             | (98)       | -            | (98)          |
| <b>Saldos em 31/12/2022</b> | <b>10.833</b> | <b>322</b> | <b>-</b>     | <b>11.155</b> |
| Adições                     | -             | 169        | -            | 169           |
| Pagamentos                  | -             | (103)      | -            | (103)         |
| Reversões                   | (10.833)      | (43)       | -            | (10.876)      |
| <b>Saldos em 31/12/2023</b> | <b>-</b>      | <b>345</b> | <b>-</b>     | <b>345</b>    |

(a) Refere-se a cobrança da diferença do ISS de 2016/2017, decorrente da exclusão da base de cálculo do ISS, os impostos federais (IR, CSLL, PIS e COFINS), de acordo com as leis municipal (118/2002 e 185/2007), onde o plenário do STF julgou inconstitucional em agosto/20, o artigo 41 da lei complementar, onde a Companhia impetrou com "Mandado de Segurança" suspendendo a exigibilidade dos débitos até a decisão sobre a modulação da ADPF nº 189, impetrado contra o Município de Barueri por escritório externo. Esclarecemos que foi concluída a análise e o parecer final do risco processual e a possibilidade de êxito da Cateno pelo nosso departamento jurídico, levado parecer técnico a diretoria que aprovou o provisionamento. No último dia 30.06.2023, em julgamento no Plenário Virtual, o Plenário do STF, por unanimidade, acolheu parcialmente os embargos de declaração para (i) excluir da declaração de inconstitucionalidade e o § 4º do art. 41 da Lei Complementar 118/2002 do Município de Barueri, na redação dada pela Lei Complementar 185/2007; (ii) modular os efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade a partir da data publicação da ata do julgamento de mérito da demanda. Com a modulação da decisão, a data para cobrança de eventual diferença pelo Município de Barueri seria a partir/09/2020, o que não abrange o período que o Município de Barueri estava cobrando da CATENO, ou seja, 09/2016 até dezembro de 2017, e por isso efetuamos a reversão da referida provisão em 30/06/2023. Cabe salientar ainda, que a Cateno impetrou Mandado de Segurança, em outubro de 2021, para suspender a exigibilidade dos débitos lançados com fundamento na decisão da ADPF 189, referentes à diferença do ISS. Requerendo, ainda, que o Município de Barueri se abstenha de praticar qualquer ato tendente a exigir tais valores ou a impedir, por conta do seu não recolhimento, o fornecimento da certidão prevista no artigo 206 do Código Tributário Nacional. **14.1 Passivos contingentes classificados como perda possível:** Adicionalmente, em 31/12/2023 e 31/12/2022, a Cateno possui ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como "possível" por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

|                 | 2023          | 2022      |
|-----------------|---------------|-----------|
| Tributárias (a) | 28.609        | -         |
| Cíveis          | 63            | -         |
| Trabalhistas    | 321           | 74        |
| <b>Total</b>    | <b>28.993</b> | <b>74</b> |

(a) Em 11/01/2023, foi lavrado "auto de infração" pela Receita Federal do Brasil, em decorrência do aproveitamento de créditos extemporâneos de "Pis e Cofins" durante o exercício de 2019, referentes ao período de 2016 a 2018, onde não foi evidenciado os referidos créditos nas declarações (DCTF e EFD-Contribuições), obedecendo a data da emissão original dos documentos suportados; o auto de infração no montante de R\$ 34,8 milhões (principal + juros e multas), ocorreu devido a autoridade fiscal alegar que seria imprescindível a retificação das obrigações acessórias para o aproveitamento de créditos extemporâneos, sem contestação da essencialidade dos créditos envolvidos. A Companhia protocolou impugnação administrativa contestando a obrigatoriedade da retificação das obrigações acessórias (EFD-Contribuições e DCTF), para o aproveitamento dos créditos extemporâneos e, também, demonstrando que não houve utilização dos créditos em duplicidade. **15. Obrigações a repassar:** Os saldos desta rubrica referem-se aos valores a repassar dos clientes portadores dos cartões Pré-Pagos, agenda a liquidar junto aos adquirentes e outros valores a repassar provenientes da operação Pré-Pago.

|                     | 2023         | 2022         |
|---------------------|--------------|--------------|
| Valores a pagar (a) | 7.972        | 8.003        |
| <b>Total</b>        | <b>7.972</b> | <b>8.003</b> |

(a) Referem-se aos saldos dos clientes internalizados a repassar, provenientes do encerramento da conta digital Cateno, onde os portadores não efetuaram os resgates até a data de 31/12/2021, onde os recursos ficaram disponíveis para devoluções, a partir das solicitações via central de atendimento Cateno.

**DIRETORIA**

|   |   |
|---|---|
| <b>Henrique Fernando Lucas</b> - Presidente | <b>Gustavo André Milare</b> - Diretor de Operações e Tecnologia da Informação |
|---|---|

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA**

|   |   |
|---|---|
| <b>Patrícia Sales Cardoso</b> - Membro do Conselho Fiscal | <b>Jerry Quadros de Carvalho</b> - Contador - CRC-1SP224001/0-2 |
|---|---|

São Paulo, 20 de março de 2024.

**Patrícia Sales Cardoso** - Membro do Conselho Fiscal

**Christiane Maria Pires Ferreira Marão** - Membro do Comitê de Auditoria

**Paula Solera Ramon Kavaleski** - Membro do Comitê de Auditoria

**Armstrong Luiz de Moura** - Membro do Comitê de Auditoria

**Christiane Maria Pires Ferreira Marão** - Membro do Comitê de Auditoria

**Paula Solera Ramon Kavaleski** - Membro do Comitê de Auditoria

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela**

**16. Arrendamentos de uso:** Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31/12/2023:

|   | 2023         | 2022     |
|---|--------------|----------|
| <b>Saldo em 31/12/2021</b>              | <b>2.687</b> | <b>-</b> |
| Baixas                                  | -            | -        |
| Adições                                 | -            | -        |
| Pagamentos                              | (811)        | -        |
| Apropriação de juros - Desp. Financeira | 149          | -        |
| <b>Saldo em 31/12/2022</b>              | <b>2.025</b> | <b>-</b> |
| Baixas                                  | -            | -        |
| Adições                                 | -            | -        |
| Pagamentos                              | (792)        | -        |
| Apropriação de juros - Desp. Financeira | 113          | -        |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>              | <b>1.346</b> | <b>-</b> |

**17. Provisão de Impostos a recolher:** A partir de 2018, após alterações das Leis Complementares nº 157/16 e 175/20, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") passou a ser devido no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados, porém foram suspensas em decorrência da liminar deferida pelo STF via ADIN Nº 5835 e o restabelecimento da legislação anterior, com base na opinião dos nossos assessores jurídicos, voltamos a recolher o ISS no município em que a Companhia está domiciliada, com provisão do ISS complementar.

| Descrição                   | Principal      | Atualizações  | Baixas          | Reversões        | Total          |
|-----------------------------|----------------|---------------|-----------------|------------------|----------------|
| ISS a recolher (a)          | 35.735         | -             | (35.735)        | -                | -              |
| ISS Provisão (b)            | 110.538        | 36.573        | -               | -                | 147.111        |
| <b>Saldos em 31/12/2022</b> | <b>146.273</b> | <b>36.573</b> | <b>(35.735)</b> | <b>-</b>         | <b>147.111</b> |
| ISS Provisão (b)            | -              | 11.686        | -               | (158.797)        | (147.111)      |
| <b>Saldos em 31/12/2023</b> | <b>146.273</b> | <b>48.259</b> | <b>(35.735)</b> | <b>(158.797)</b> | <b>-</b>       |

(a) Provisionamos de janeiro a março de 2018 o ISS, com base em um estudo interno, considerando as principais capitais, em uma alíquota média de 4,23% e desde então atualizamos mensalmente via Selic. No mês de novembro/22 em função do prazo de prescrição, a prefeitura de Barueri nos acionou para quitação do débito com o incentivo via "Denúncia espontânea", contratamos um parecer jurídico, que nos orientou em efetuar o pagamento e ajuntamento de "Ação de Repetição de Indébito" para pleitear o reconhecimento do indébito relacionado à parcela dos juros que foram pagos, que superam a taxa SELIC e, consequentemente, reaver tais valores pela via dos precatórios. (b) Foi implementada no segundo semestre de 2022 uma metodologia que visava ajustar a provisão de 18 meses para os últimos 12 meses a uma alíquota de 4,69%, efetuamos a provisão do mês corrente e estornamos a provisão do 13º mês, podendo gerar um efeito positivo ou negativo no resultado, a depender das variações dos valores que compõe a base de cálculo Em decorrência da finalização do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.835, ocorrido em junho de 2023, que pacificou entendimento e manteve a cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) no município-sede da empresa prestadora e não nas cidades onde estão os tomadores de serviços, foi revertida a prov